

Gilmara de Melo Ferreira

7º ENCONTRO NACIONAL SOBRE O ENSINO DE SOCIOLOGIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA

GT 18: O Ensino da diferença na Sociologia – Como pensar gênero e outras categorias de articulação em sala de aula?

Ensino de Sociologia e o desafio docente sobre o debate de gênero na sala de aula

Belém, Pará

2021

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho pretende compreender como o debate de gênero é realizado pelos docentes de Sociologia da rede Estadual da Paraíba em suas práticas de sala de aula no Ensino Médio, já que abordar essa temática é imprescindível para uma compreensão da dinâmica social. Buscamos investigar possíveis situações de conflitos, impasses e resistências para esse debate, assim como o que tem sido desenvolvido por esses docentes.

A temática de gênero tem sido equivocadamente restrita a expressão de “ideologia de gênero”, crença estereotipada de que ao falar sobre ela, o docente poderia estar incentivando a homoafetividade dos discentes, fato que preocupa pais, professores e gestores, que por desconhecerem que o debate de gênero é fundamental para o desenvolvimento das relações sociais que são tecidas no convívio social e que se estruturam culturalmente sobre a pluralidade do humano se estendem numa prática de não aceitação sequer de que se falem sobre gênero.

A escolha do tema de nossa pesquisa, parte de uma experiência de trabalho vivenciada numa das escolas que trabalhei por quase doze anos na rede estadual, enquanto professora concursada de Sociologia. Uma assistente social que se dizia muito preocupada com o crescente número de alunos homossexuais da escola passou a assediar e ameaçar denunciar professores que estavam falando sobre gênero, pois esses estariam incitando a ideologia de gênero que influencia as opções sexuais dos discentes para a homossexualidade. Foi então que percebemos sobre a urgência de ressaltarmos a relevância do conceito de gênero, já que como docente de Sociologia, jamais poderia deixar de falar sobre as diferenças sociais culturalmente construídas do que é ser homem, mulher e suas identidades sexuais. Minha indignação questionava: como uma profissional do serviço social poderia provocar um desserviço e demonstrar tamanha ignorância em pleno ambiente escolar? E foi a partir de então que resolvi estudar essas nuances e tentar compreender essa dinâmica para desconstruir qualquer ideia equivocada acerca dos estudos de gênero e sua abordagem em outras realidades escolares.

Acreditamos que nossa pesquisa pode motivar o desenvolvimento de iniciativas pedagógicas que objetivem promover uma educação a partir do reconhecimento das diferenças e interseccionalidades, de construção da desconstrução dos preconceitos e atitudes discriminatórias a partir do protagonismo dos discentes e docentes, construído nas aulas de Sociologia e no ambiente escolar, afinal a escola é um ambiente democrático, plural, onde devemos incentivar o diálogo e o debate sobre todos os assuntos possíveis. Daí a pertinência da nossa proposta de estudo que objetiva apresentar a relevância dos estudos sociológicos de gênero para a compreensão dos fenômenos sociais, bem como da dinâmica societal

contemporânea a partir da experiência dos docentes de Sociologia do Ensino Médio, da rede Estadual da Paraíba.

## **DESENVOLVIMENTO (APORTE TEÓRICO-METODOLÓGICO, RESULTADOS E REFLEXÃO)**

### **O lugar da escola como instituição social: por uma pedagogia que promova uma sociologia da diferença**

Nossa proposta de investigação teórica metodológica se baseia em abordagens sociológicas que desenvolvem práticas pedagógicas voltadas para o protagonismo do aprendiz discente, balizadas no conhecimento diverso e multicultural, para uma formação crítica, reflexiva e cidadã dos discentes, afinal de contas, como é possível trabalhar o ensino da Sociologia sem abordarmos as diferenças entre o universo masculino e feminino? A escola deve ser esse espaço de formação humana, cidadã, que permita questionamentos, a aceitação da pluralidade, das diferenças e da implementação de uma pedagogia do respeito.

Nessa perspectiva, podemos destacar a relevância da escola, como instituição privilegiada de promoção de suportes para que os estudantes elaborem seus projetos pessoais e profissionais para a vida adulta. Os jovens criam espaços de socialização que se transformam em territórios culturalmente expressivos e nos quais as diferentes identidades são elaboradas. Um dos princípios organizadores dos processos produtores das identidades contemporâneas diz respeito ao fato dos sujeitos selecionarem as diferenças com as quais querem ser reconhecidos socialmente e sob quais diferenças não se identificam. E aí surge um questionamento intrigante: até que ponto a escola tem trabalhado com pedagogias inclusivas? Fala-se muito em um currículo integrador, transdisciplinar, mas por que muitas escolas ainda se esquivam em não abordar temas do universo cotidiano dos discentes como o binômio que envolve, por exemplo, às questões relacionadas ao uso e abuso de drogas e a sexualidade e suas múltiplas possibilidades? A escola, enquanto instituição social, conta com mecanismos que padronizam o comportamento dos jovens, tornando-o homogêneo como estudante, mas nunca enquanto sujeito social.

Segundo Libâneo (2014), as escolas e salas de aula têm contribuído pouco para a superação das contradições advindas das desigualdades sociais. Elas acabam assumindo o ônus de ampliarem a exclusão com medidas, aparentemente, bem intencionadas, como a eliminação

da organização curricular em séries, promoção automática, a integração de alunos portadores de necessidades especiais, a flexibilização da avaliação escolar e a transformação da escola em mero espaço de convivência de experiências socioculturais. É uma inclusão que exclui.

A escola existe para formar sujeitos preparados para sobreviver nesta sociedade e que é preciso partir da cultura da vida cotidiana, principalmente com o público da Educação de Jovens e Adultos- EJA. Libâneo (2014) estabelece três considerações relevante do agir pedagógico: que é político e ideológico, pois lida com valores e princípios morais, que ele precisa agregar instrumentos e metodologias didáticas, e que devido sua natureza dialética-pedagógica, é preciso se valer de toda contribuição que ajude a explicitar as peculiaridades do fenômeno educativo e do ato de educar num mundo da diferença e em constantes transformações.

Em uma de suas obras clássicas, *Pedagogia da Autonomia*, Freire (1996) propõe uma pedagogia que considere as experiências e leituras de mundo dos estudantes. Ele ainda defende que haja uma reflexão sobre o real sentido do estudo e dos conceitos de ensinar e aprender. Para ele, “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar possibilidades de autonomia e construção em uma via de mão dupla em que quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender.”

Freire (1996) chama a atenção para o comprometimento do professor com sua prática educativa. Para ele, o ato de educar é sempre um ato de compromisso e aproximação com o aluno. Ou seja, ensinar exige comprometimento. Ele afirma: “não é possível exercer a atividade do magistério como se nada ocorresse conosco” (FREIRE, 1996, p.108). Simplesmente não há como fugir de decisões éticas, desde a escolha de conteúdos até o método a ser utilizado ou a forma de relacionamento com os alunos. Nesse contexto, as palavras de Freire (1996) são esclarecedoras: “Não posso ser professor sem me pôr diante do aluno, sem revelar com facilidade ou relutância minha maneira de ser, de pensar politicamente”. É preciso desenvolvermos uma pedagogia que autonomize e protagonize o trabalho docente e discente, já que para ele “não há docência sem discência”, ao mesmo tempo que devemos promover uma aprendizagem significativa e transformadora.

Freire (1996) fala de uma ‘educação permanente’ que se processa quando assumimos que somos sujeitos responsáveis em nossa prática pedagógica. Para ele é preciso romper com o fatalismo neoliberal de uma educação que atenda aos interesses do capital. Mas até que ponto esse posicionamento é possível, se a escola é uma instituição social, e, como tal, atende a uma demanda que reproduz interesses sociais? A pedagogia freireana afirma que estudar é assumir

uma postura de sujeito frente ao mundo. Essa é a tarefa da Sociologia: suscitar reflexões que analisam “os outros”, suas visões e que na tentativa de enxergarmos “os outros”, possamos nos ver.

Dessa forma, podemos dizer que para a Sociologia, o ato de educar implica, portanto, em ensinar a estudar, a pensar, a desenvolver a consciência crítica, a orientar as decisões e a própria vida, já que o *homo educandus* é um ser concreto, situado numa realidade social concreta, condicionado por sua realidade individual, social e econômica, e como postulou Marx, determinado pela classe social e regido pela estrutura social na qual faz parte.

A educação como objeto sociológico se constitui como cerne na construção de valores e das questões culturais de cada sociedade, cabendo a Sociologia desvendar as múltiplas abordagens possíveis sobre como a educação é de fato institucionalizada. Aí cabe, portanto, alguns questionamentos: como se estabelece o processo educacional numa sociedade? De que educação queremos falar? Como a sociedade concebe a percepção das diferenças de gênero e todas as demais diferenças que implicam o mundo social?

### **Sociologizando o debate de gênero**

O debate sobre as questões de gênero na atualidade articula discussões interdisciplinares e permeia os mais diversos campos empíricos. A problemática de gênero irrompeu no campo das Ciências Sociais com bastante vigor por sua relevância nos debates que envolvem as relações de gênero enquanto cerne de compreensão do social. O gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e uma forma primária de dar significado às relações de poder (SCOTT, 1990).

A categoria gênero é, sem dúvida, um arcabouço teórico que ganha destaque dada sua complexidade e dinamismo enquanto instrumento útil para denotar a construção social do masculino e feminino e para a apreensão da dinâmica da vida coletiva. Para Scott (1986), gênero é uma categoria relacional, pois precisamos compreender a dinâmica das interações que envolvem as relações mulheres-homens, mulheres - mulheres e homens – homens. A questão de gênero, ao nosso ver, deve combinar duas noções: construção cultural e relação social, abrindo um vasto campo de análises constituído numa tripla dimensão: dar conta das variações culturais e da historicidade das práticas sociais; articular-se com os processos de individuação,

autonomia e construção de identidades; e abordar a construção e as práticas de gênero em termos de relações de poder (SCOTT, 1986).

Para Saffioti (1992) "é imprescindível que cada gênero conheça as responsabilidades e direitos do outro gênero". O gênero é uma relação social, afirma, e assim, pressupõe uma interação e não uma oposição entre as partes do jogo. A partir daí, podemos considerar que o gênero é uma categoria que deixa transparecer a "trama das relações sociais" e nos remete a uma forma de ser no social, a uma maneira de viver essas relações em todos os âmbitos, a um estilo de vida culturalmente definido.

Nossa fundamentação teórica também se baseia na concepção de Bourdieu (1999) sobre a dominação masculina que está tão arraigada em nosso inconsciente ao ponto de muitas vezes nem a percebermos, assim, torna-se indispensável destruir as evidências e explorar as estruturas simbólicas do inconsciente androcêntrico que sobrevive nos homens e nas mulheres. Quais são os mecanismos e as instituições que realizam o trabalho de reprodução do "eterno masculino"? É possível neutralizá-los para liberar as forças de transformação que eles conseguem obstruir? Bourdieu (1999) diz que sempre viu na dominação masculina, e na maneira pela qual ela é imposta e suportada, o exemplo por excelência desta submissão paradoxal, efeito do que chama de violência simbólica, violência doce, insensível, invisível para suas vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias simbólicas da comunicação e do conhecimento – ou, mais precisamente, do desconhecimento, do reconhecimento ou, em última instância, do sentimento.

Por tudo isso, cabe às Ciências Sociais uma proposta de investigação mais acurada que discuta os impasses construídos histórica e socialmente a respeito das diferentes conotações do que venha a ser homem e mulher. A tradição sociológica nos lembra que a sociedade existe onde quer que vários indivíduos entrem em interação e que essa ação recíproca permite que os indivíduos criem ou constituam espaços sociais diferenciados ou, nas palavras de Bourdieu (1999), *campos sociais* específicos. A noção de campo está atrelada a imersão dos gêneros no espaço macrossocial com ranço patriarcal e machista, reforçado por homens e mulheres, e ao mesmo tempo, influenciados por *habitus* em construções contínuas como, por exemplo, os distintos papéis sociais desempenhados por homens e mulheres em cada contexto social.

Para Bourdieu (1999), abordar a temática de gênero remete a um questionamento de como se estruturam a percepção e a organização concreta e simbólica de toda a vida social. Ele ressalta que o papel da Sociologia é mostrar as estruturas enterradas dos diversos mundos sociais que estão inseridos no universo social, e o debate de gênero é um desses mundos. Ainda enfatiza que essas concepções "invisíveis" que chegam a nós nos levam à acreditamos ter a

liberdade de pensar alguma coisa, sem levar em conta que essa está marcada por interesses, preconceitos e opiniões alheias, inclusive ele remete esse acontecimento a ideia da violência simbólica que sofremos sem perceber, desenvolvida inconscientemente. Por isso ele afirma que uma relação desigual de poder comporta uma aceitação dos grupos dominados, não sendo necessariamente uma aceitação consciente e deliberada, mas principalmente de submissão prereflexiva. Dessa maneira, cabe a Sociologia compreender as estruturas estruturantes e estruturadas no campo social dos indivíduos. Ela representa um constante esforço de construção dos fatos culturais, de seus significados e de como estes são percebidos, interiorizados e exteriorizados nos diferentes espaços sociais.

Nessa perspectiva, podemos dizer que a realidade social tem o caráter de processo, através das relações dinâmicas entre indivíduos desempenhando papéis em permanente mudança. Para Strauss (1999), a ‘negociação’ da vida social, com suas redes de ‘negociação’, pressupõe a possibilidade de conflito a partir das diferenças de posição, interesses e valores. Assim, todas as ordens sociais são provisórias e precárias, sendo os indivíduos inseridos no contexto de suas unidades constitutivas. Não há como isolar identidades individuais de coletivas, pois elas se constituem reciprocamente. Por outro lado, as identidades coletivas são historicamente elaboradas, atuando nas identidades pessoais como memória permanentemente atualizada.

Temos, portanto uma realidade dinâmica, em que os atores sociais estão constantemente reorganizando suas atividades e seus papéis, respondendo tanto a pressões externas quanto internas à comunidade. Estas respostas não serão homogêneas, da mesma forma que as pressões não atuam homogeneamente. E se esta heterogeneidade é gerada por uma diferenciação étnica, de classe social, de faixa etária, será também definida pela diversidade de gênero. No desenvolvimento desse processo, as práticas sociais cotidianas são frequentemente alteradas e as ações e interações renovadas são uma constante dessa dinâmica. Isto faz com que os indivíduos, as instituições e as organizações políticas, sociais e econômicas se reformulem em seus conceitos e valores como pressupostos básicos para o debate sobre as questões de gênero na dinâmica da vida social contemporânea.

Em nossa pesquisa com docentes de Sociologia da rede Estadual da Paraíba, constatamos diferentes relatos de experiências que narram a relevância dos estudos sociológicos para promover uma reflexão sobre os diferentes lugares sociais que ocupam homens e mulheres, como a sala de aula tem sido um espaço de democratização das relações entre os gêneros, já que essas partem do questionamento de que as diferenças entre os

indivíduos não podem implicar em desigualdades legitimadas e reforçadas por nós. É preciso problematizarmos alguns conceitos como: feminismo, machismo e femismo para desconstruirmos estereótipos cristalizados nas relações cotidianas, muitas vezes, diluídos nas falas, nos relacionamentos, nas brincadeiras que parecem ser despreziosas, mas que carregam simbologias que demonstram justificativas sexistas, hierarquizantes e em algumas situações, até hostis nas relações sociais na contemporaneidade. Como tratar a questão do respeito, empatia, da cultura de paz, se não promovermos uma educação que questione atitudes preconceituosas e discriminatórias?

Nosso trabalho não aponta ainda dados conclusivos, mas podemos considerar a imprescindibilidade do ensino da Sociologia para promover uma educação que discuta as questões de gênero e suas interseccionalidades. Trabalhar esse tema é de grande relevância sociológica pois sua abordagem funciona como um instrumento de luta política. Essa é uma contribuição crítica que a Sociologia incentiva e que parte do questionamento sobre a construção das identidades sociais e sistemas relacionados de opressão, dominação ou discriminação que se inter cruzam com as questões de gênero, questões da sexualidade, étnicas e de classe.

Nas aulas de Sociologia tem sido possível realizar debates, leituras e “provocações” que integrem diferentes perspectivas de análises das subjetividades que envolvem as construções sociais entre homens e mulheres relacionando-os nos diversos lugares do mundo contemporâneo, daí concebermos a ideia de gênero como uma categoria relacional que compreende as interações entre esses, a partir de múltiplos fatores sociais. Precisamos otimizar esse pouquíssimo tempo de uma aula semanal de Sociologia para discutirmos temas abrangentes e complexos que podem aguçar em nossos discentes uma compreensão do mundo social a nossa volta. Na prática, esse tempo é minúsculo, pois o tempo real da aula acaba sendo em torno de trinta minutos; costume dizer que a carga horária proposta para o ensino de Sociologia e Filosofia é uma sabotagem, pois não dão condições de exercermos um trabalho mais qualitativo, dadas as circunstâncias práticas dos poucos minutos de aula efetiva e de precisarmos assumir um número altíssimo de turmas para fecharmos a quantidade mínima exigida para os docentes, situação que muitas vezes os obriga a trabalhar em duas ou até três escolas. O docente acaba mais ocupado com as questões burocráticas do espaço extraclasse (atividades repetitivas e cansativas) que efetivamente ministrando aulas, comprometendo seu desempenho e, por consequência, o aprendizado de seus discentes.



Em nossa pesquisa, foi possível constatar que a sala de aula, apesar dessas adversidades, traz diferentes vivências e se torna um ambiente de realidades plurais, diversificadas, nas quais os discentes têm sido “provocados” a tomarem mais iniciativa, se expressarem mais livremente e isso tem estabelecido pontes mais espontâneas e dinâmicas com a percepção do seu mundo social e dos outros universos sociais. É preciso se educar para outros mundos possíveis, isso só pode acontecer, se buscarmos educar para superar a lógica desumanizadora do capital que tem no individualismo e no lucro seus fundamentos, é preciso educar para transformar radicalmente o modelo econômico e político atual, para que haja justiça social e ambiental, que respeite as condições singulares dos indivíduos (FREIRE, 1996).

Para uma apreensão assertiva do nosso objeto de estudo, além do referencial teórico, consideramos fundamental a demarcação dos procedimentos metodológicos orientados à coleta e sistematização dos dados empíricos. Dado que nosso olhar analítico está voltado para as nuances do ensino-aprendizagem referentes ao tema de gênero nas aulas de Sociologia das turmas do ensino médio, entendemos que nosso estudo requer o uso do método qualitativo. Nossa escolha metodológica se justifica porque a pesquisa qualitativa é uma atividade que localiza o observador como fazendo parte do mundo que se pretende analisar. Consiste em um conjunto de práticas materiais e interpretativas que dão visibilidade a um determinado fenômeno social. Essas práticas transformam esse fenômeno em uma série de representações. Nesse nível, a pesquisa qualitativa envolve o estudo do uso e a coleta de uma variedade de materiais empíricos incluindo as notas de campo, as conversas, as fotografias, as gravações, os lembretes, estudos de caso, experiência pessoal, introspecção, história de vida, entrevistas, textos e produções culturais, textos observacionais, históricos, interativos e visuais, que descrevem momentos e significados rotineiros e problemáticos na vida dos indivíduos. Entende-se, contudo, que cada prática garante uma visibilidade diferente ao mundo social (DENZIN e LINCOLN, 2006).

Segundo Denzin e Lincoln (2006), o pesquisador, que opta por uma abordagem qualitativa, é como um indivíduo que confecciona colchas, ou como um produtor de filmes, que reúne imagens transformando-as em montagens. Ele costura, edita e reúne pedaços da realidade, um processo que gera uma unidade psicológica e emocional para uma experiência interpretativa. Para atingir esse objetivo, a pesquisa qualitativa inclui: 1) A interpretação como foco. Nesse sentido, há um interesse em interpretar a situação em estudo sob o olhar dos próprios participantes; 2) A subjetividade é enfatizada. Assim, o foco de interesse é a perspectiva dos informantes; 3) A flexibilidade na conduta do estudo. Não há uma definição a

priori das situações; 4) O interesse é no processo e não no resultado. Segue-se uma orientação que objetiva entender a situação em análise; 5) O contexto como intimamente ligado ao comportamento das pessoas na formação da experiência; e 6) O reconhecimento de que há uma influência da pesquisa sobre a situação, admitindo-se que o pesquisador também sofre influência da situação de pesquisa.

Dessa forma, nossa perspectiva metodológica qualitativa nos permitiu captar uma realidade que não pode ser quantificada, respondendo a questões muito particulares, trabalhando um universo de significados, crenças, valores e que correspondem a um espaço mais profundo das relações, dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (DESLANDES SF, CRUZ NETO O, GOMES R, MINAYO MCS, 1994). Em nossa pesquisa, apesar de partirmos de diferentes realidades escolares e perspectivas metodológicas na condução do debate de gênero, tivemos uma riqueza de relatos dessas vivências experienciadas pelos docentes nas aulas de Sociologia. Os relatos mostraram pouca resistência a essas visões distorcidas e preconceituosas que reduzem gênero somente às suas correlações com a diversidade sexual. O debate de gênero tem sido relacionado a praticamente todas as temáticas trabalhadas nos temas sociológicos, já que esse contempla uma análise sobre a complexidade do mundo social a nossa volta. Qualquer tema referente às ciências humanas, versará abordagens diretas ou indiretas com as concepções que envolvem o comportamento e as práticas de homens e mulheres e de como esses se percebem em relação aos outros e a sociedade em que estão inseridos.

### **O protagonismo do docente de Sociologia em sala de aula**

O trabalho docente na atualidade, apresenta uma grande mudança de paradigma justificado pelos novos desafios de se educar numa sociedade capitalista, neoliberal, globalizada e tecnologizada, onde as novas redes de sociabilidade são construídas mais realmente no mundo virtual, que no mundo concreto em que vivemos. Sendo assim, o espaço da sala de aula deve ser um reduto que acolha e oriente os estudantes no processo pedagógico, independente dos conteúdos específicos de cada componente curricular. O processo de ensino-aprendizagem precisa ser desenvolvido, levando-se em consideração as múltiplas dimensões cognitivas dos indivíduos, suas diferentes habilidades, seu contexto sociocultural, bem como as ferramentas tecnológicas de que dispomos. Eis o desafio...

Nesse cenário, o ensino de Sociologia tem buscado romper com a lógica tradicional da pedagogia bancária, postulada por Freire (1996), para se arriscar no desafio de abordar temáticas que questionem o modelo social capitalista e suas implicações sociais. Daí as sabotagens em relação às produções acadêmicas, científicas e escolares das Ciências Sociais, especialmente da Sociologia e Filosofia, exatamente porque essas trazem reflexões críticas sobre o modelo de sociedade em que vivemos.

O trabalho do docente de Sociologia tem se organizado numa dinâmica geralmente diferenciada desde a organização estrutural da sala, como a arrumação das cadeiras, até as práticas metodológicas das aulas e das avaliações. Procuramos desenvolver metodologias dinâmicas, “provocativas”, reflexivas e combinadas com estratégias de ações concretas no desenvolvimento de projetos, para que possamos tentar contemplar as múltiplas inteligências e competências humanas dos nossos discentes. Mas, para isso, precisamos desenvolver uma postura de comprometimento e ética na nossa prática educativa, como sempre enfatiza a pedagogia freireana. É preciso um olhar sensível sobre a influência que o docente pode exercer na sua postura enquanto intermediador do conhecimento. É um reinventar-se cotidiano porque são muitos os desafios vividos numa sala de aula: a indisciplina, o barulho, a desorganização e a sujeira na sala de aula, a desmotivação de alguns discentes, enfim, suas particularidades para serem mediadas acabam sendo uma atividade exaustiva (nos sentidos físico e emocional) para os docentes. No caso das aulas de Sociologia e Filosofia (apenas uma semanalmente) o desafio para o professor é ainda maior, pois como dar conta dos conteúdos programáticos previstos em tão pouco tempo e num cenário como esse que acabamos de descrever?

De toda forma, as práticas vivenciadas pela maioria dos docentes de Sociologia na Paraíba têm demonstrado uma preocupação com a consolidação de uma pedagogia construtivista e interacionista, onde são incentivados alguns valores como o protagonismo, a autonomia intelectual (com alunos pensantes), a importância da inteligência emocional<sup>1</sup>, da empatia, da sororidade, responsabilidade afetiva, coletiva e, sobretudo, de um comportamento questionador frente ao mundo. Nossa proposta é desenvolvermos estratégias para um ensino de

---

<sup>1</sup> No ano de 2019 a rede estadual da Paraíba, adotou nas escolas regulares o componente curricular de Educação sociemocional, geralmente ministrado por docentes de Sociologia ou áreas afins. Eu tive a oportunidade de ministrar esse componente e foi uma experiência enriquecedora, pessoal e profissionalmente falando, pois, o objetivo era trabalhar as emoções dos adolescentes, muitas vezes negligenciadas pela família e até mesmo pela escola. Então essa oportunidade de trabalhar a inteligência emocional me mostrou a relevância dessas temáticas que não deixam de ser também do universo sociológico.

Sociologia que fomente a capacidade de enxergar as contradições sociais, promover uma convivência respeitosa com a diferença, assim como projetos sociais que presem por ações de cidadania, solidariedade e sustentabilidade.

Por tudo isso, apesar das limitações estruturais das escolas, temos proposto uma prática educativa que utiliza o espaço da sala de aula com atividades variadas: aulas expositivas dialogadas, dinâmicas de socialização, debates, seminários, estudos dirigidos, pesquisas temáticas, oficinas de artes, músicas, tirinhas, imagens, textos prontos e produção textual, vídeos já prontos da internet e vídeos produzidos pelos alunos, além de eventos temáticos a partir das datas comemorativas do calendário e aulas preparatórias para o ENEM nas turmas concluintes, seja do ensino regular ou da EJA.

Nesse cenário, suscitamos alguns questionamentos pertinentes na prática educativa do professor de Sociologia: como estranhar as condições estruturantes da sua própria formação, abandonando posturas etnocêntricas e evitando atitudes prescritivas e militantes às suas práticas educativas? Temos procurado ensinar pelo convencimento do conhecimento teórico ou pela persuasão das nossas atitudes? É preciso pensar nas posturas éticas nos processos de formação do trabalho docente. A ética é um conceito polissêmico, remetido à justiça, o bem comum e a alteridade e que se constrói ao longo de toda essa formação. Ela nos dá respaldo para compreendermos as dimensões política-social-cultural-educativa-cognitiva-humana-técnica que envolvem o ato de ensinar outrem a aprender. Certamente esse é um caminho possível para a construção de uma sociedade democrática, plural e que articule políticas de igualdade com políticas de identidade.

Assim, é preciso retomarmos o ensinamento freireano sobre a necessidade de nós professores desenvolvermos uma curiosidade epistemológica para promovermos uma educação que ensine a ler o mundo, a pensar sobre ele e o mais importante: incentivar a criatividade para uma aprendizagem dos conteúdos, de sua utilidade e aplicabilidade no mundo contemporâneo. O desafio é construirmos uma educação humanizada e formativa, não somente para o mercado de trabalho, mas uma educação para a vida, que seja realmente transformadora.

Talvez o maior desafio do professor de Sociologia seja o de compreender toda essa dinâmica de construção, desconstrução e reconstrução de saberes e metodologias que se adequem a sua realidade, bem como enxergar as possíveis contribuições e limitações de sua própria formação docente, cujo desafio se perpetua diante da complexidade e subjetividade do processo ensino-aprendizagem.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de vivermos em pleno século XXI, tempo demarcado pela sociedade globalizada e tecnologizada, a escola ainda concebe os alunos, apreendidos sobretudo pela dimensão cognitiva, preocupada com índices de aprovação/reprovação, mensurada por variáveis meramente quantitativas, propostas em sistemas de avaliações tradicionais, muitas vezes engessadas, privilegiando apenas algumas competências e habilidades e procurando dar conta de uma carga horária cada vez mais crescente e menos produtiva no que se refere a uma aprendizagem efetiva. O conhecimento é visto como produto, sendo enfatizados os resultados da aprendizagem e não o processo.

Nesse cenário, precisamos repensar o lugar da escola enquanto um espaço de grande potencial para o debate de ideias, confronto de valores e visões de mundo, que interfere no processo de formação e educação dos alunos. A escola cada vez é mais percebida enquanto agência socializadora e espaço de construção das relações sociais e da afetividade: da amizade, do diálogo, dos conflitos e uma multiplicidade de situações que certamente contribuem para uma aprendizagem mais humanizada, respeitosa, crítica e reflexiva do mundo social.

O espaço escolar deve ser então concebido como um espaço que nos possibilite repensar a cultura da sala de aula e romper com a “cristalização” que essa sofreu através do tempo, tanto nos seus aspectos de configuração espaço-temporal, quanto no modo de se pensar e desenvolver o processo de ensino-aprendizagem, as metodologias e as mediações utilizadas. Certamente esse é um dos maiores desafios da docência na atualidade: desenvolver uma prática educativa holística, centrada na proposta de construir e negociar novas metodologias de ensino que sejam potencialmente formativas aos alunos, despertando neles o desejo de aprender e de se apropriar dos conhecimentos fundamentais à sua inserção social e cultural, enquanto sujeitos ativos no processo de construção do saber e de suas relações com o diferente.

Precisamos construir pedagogias inclusivas: discutir e questionar valores e padrões de comportamentos que não se baseiem na alteridade e empatia, no direito a diferença e no respeito a ela. Como problematizar o conceito de cidadania, por exemplo, sem possibilitar a existência de um mundo plural e diverso? No debate de gênero, é imprescindível que interroguemos o padrão heteronormativo de expressão única das masculinidades e feminilidades, de maneira a demonstrar as diferenças como naturais, como construções dos indivíduos a partir de suas (re)elaborações em relação ao seu cosmo social, sem imposição de papéis e/ou condutas. Precisamos enfatizar que as diferenças entre as pessoas, não podem implicar em práticas de desigualdades e que não podemos nos prender a discursos normalizadores dos corpos, dos

gêneros, das relações sociais, da afetividade e do amor. Sendo assim, as questões de gênero e seu debate na escola, representam uma garantia democrática de respeito, de equidade, de promoção da não-discriminação por orientação sexual, identidade de gênero e outras, de maneira a desconstruir uma cultura de imposição heteronormativa (BRITZMAN,1996, p.93).

Por tudo isso, podemos afirmar que a problemática que envolve o debate de gênero em sala é reveladora de como esse conceito deve ser pensado e construído pedagogicamente enquanto uma categoria muito dinâmica e, portanto, mutável. O ensino de Sociologia deve privilegiar essas amplas discussões partindo de interpretações que não engessem as categorizações do universo masculino e feminino, pois as definições dos papéis sociais entre os gêneros demandam um olhar voltado para as subjetividades intrínsecas no processo de mudança social, a partir dos diferentes contextos temporais, locais e culturais.

Enfim, podemos ressaltar que o ensino da Sociologia tem sido um grande articulador de novas formas de pensar a diferença como um atributo essencialmente humano no processo educacional da/na escola. Graças ao trabalho dedicado e ético da maioria dos professores de Sociologia na Paraíba, podemos perceber que o ambiente escolar tem sido protagonizado por iniciativas pedagógicas que partem das realidades dos alunos e suas interpretações do mundo a nossa volta. A leitura que faço, é que nunca os docentes estiveram tão próximos dos seus discentes, sem generalizações, é claro. Essa pedagogia da presença, se faz necessária para a compreensão de que o professor tem um papel determinante no processo de “provocação” de um olhar diferenciado para a diferença. Talvez por isso, sejamos pouco valorizados em nosso país, pelo nosso poder influenciador para as transformações sociais de que precisamos.

## REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina**. Trd. Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

BRITZMAN, Déborah. O que é essa coisa chamada amor: identidade homossexual, educação e currículo. In **Educação & Realidade**(1996). V. 21 (1), jan./jun.

DENZIN, Norman K. e LINCOLN, Yvonna. **A disciplina e a prática da pesquisa qualitativa**. In: O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens. Porto Alegre: Artmed, 2006.

DESLANDES SF, CRUZ NETO O, GOMES R, MINAYO MCS. Organizadores. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 7ªed. Petrópolis/ Rio de Janeiro: Vozes; 1994.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. 24 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

LIBÂNEO, José Carlo. **Democratização da escola pública: a pedagogia crítico-social dos conteúdos**. 28ª edição. São Paulo: Edições Loyola, 2014 (impresso).

SAFIOTTI, H. Rearticulando Género e Classe Social. In: BRUSCHINI, C. & COSTA, A. O. (Orgs) **Uma Questão de Género**. Rio de Janeiro. Rosa dos Tempos, FCC. Pp. 183-215, 1992.

SCOTT, Joan W. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. Educação e Realidade, Porto Alegre, n.16, p. 5-22, 1990.

\_\_\_\_\_. **Gênero: uma categoria relacional**. Revista Histórico- americana, 1986.

STRAUSS, A. L. **Espelhos e Máscaras: A Busca de Identidade**. Sao Paulo. Edusp,1999.